

TRILOGIA PSI



OBRAS DA AUTORA

ROMANCE

- O sexophuro*, 1981
O Papagaio e o Doutor, 1991, 1998 (França, 1996; Argentina, 1998)
A paixão de Lia, 1994
O clarão, 2001 (Finalista do Prêmio Passo Fundo Zaffari & Bourbon de Literatura)
O amante brasileiro, 2004
Consolação, 2009

ENSAIO

- Manhas do poder*, 1979
Isso é o país, 1984
O que é amor, 1983; *E o que é o amor?*, 1999
Os bastidores do carnaval, 1987, 1988, 1995 (França, 1996)
O país da bola, 1989, 1998 (França, 1996)

ENTREVISTA

- A força da palavra*, 1996
O século, 1999 (Prêmio APCA)

CRÔNICA

- Paris não acaba nunca*, 1996, 2008 (China, 2005)
Quando Paris cintila, 2008

CONSULTÓRIO SENTIMENTAL

- Fale com ela*, 2007

INFANTIL

- A cartilha do amigo*, 2003

TEATRO

- Paixão*, 1998
A paixão de Lia, 2002
O amante brasileiro, 2004
Brasileira de Paris, 2006
Adeus, Doutor, 2007

Betty Milan

TRILOGIA PSI

(psicodrama, etnopsicanálise, psicanálise)

SUMÁRIO

Apresentação 11

O JOGO DO ESCONDERIJO

Introdução 17

O GRUPO E O INDIVÍDUO 21

 O psicodrama e o drama da psicanálise 28

A QUESTÃO DO PROTAGONISTA 33

ESCONDERIJO

 Cenário 37

 Bastidores 42

 Introdução a “Esconderijo” 56

CHAVE E NAVE

 Cenário 63

 Bastidores 68

 Introdução a “Chave e nave” 86

CRUZ-COROA

 Cenário 94

 Bastidores 101

 Introdução a “Cruz-coroa” 106

O GRUPO EM QUESTÃO 108

A UTOPIA MORENIANA 118

Posfácio, por Marilena Chaui 129

MANHAS DO PODER

Introdução 149

BRASIL

Diabolavida 157

O transe ou a metonímia 186

O culto memorial dos ancestrais 199

FRANÇA

Fatalício, a desventura das raízes

ou o desengano do manicômio 222

MÉXICO

O poder ou a promessa de si mesmo 251

À GUIA DE CONCLUIR 277

O SABER DO INCONSCIENTE

Introdução 305

O BRASIL E A PSICANÁLISE

O retorno a Freud de Jacques Lacan 309

Situação da psicanálise no Brasil 319

Difusão da psicanálise lacaniana no Brasil 324

O futuro da psicanálise 337

A CURA, O SABER E A TRANSMISSÃO

A palavra na cura analítica 341

Doutor Prodocopeia. O saber do analista e
o da poesia 346

O lugar do analisando 351

O ato aberrante 356

A PSICANÁLISE E A MULHER

Freud, o feminino e o feminismo 363

O impossível e o feminino 373

A PSICANÁLISE E A GUERRA

A guerra do Oriente Médio segundo Freud 378

Guerra, desilusão e paz ou Freud e a guerra 387

Epílogo

O legado de Jacques Lacan 394

Fontes 399

APRESENTAÇÃO

TRILOGIA PSI engloba *O jogo do esconderijo*, *Manhas do poder* e *O saber do inconsciente*, os livros de Betty Milan relativos ao psicodrama, à etnopsicanálise e à psicanálise.

O jogo do esconderijo foi escrito na época em que ela exercia o psicodrama — 1969-1973. Trata-se aí de uma reflexão sobre a terapia de grupo e a ética do terapeuta, que tanto pode utilizar o seu poder para se impor como modelo quanto fazer da sua prática uma denúncia do autoritarismo.

Manhas do poder reúne cinco ensaios de etnopsicanálise, escritos durante o período de formação psicanalítica da autora na França, com Jacques Lacan — 1974-1978. Em todos os ensaios, ela focaliza uma história real para analisar o modo como o poder opera e se objetiva. Os três primeiros textos dizem respeito a experiências vividas no Brasil — no

espaço da umbanda e do culto negro dos ancestrais. O quarto, ao caso trágico de um doente psiquiátrico de quem ela se ocupou na França, e o quinto, à iniciação do antropólogo Carlos Castañeda, no México. Ao longo do trabalho, Betty Milan focaliza o poder e sua empresa tática, isolando as máscaras do poder e revelando suas artimanhas.

O saber do inconsciente tem textos escritos desde 1978 – data em que a autora voltou da França para o Brasil – até 2003. São relativos à história da psicanálise no Brasil, à cura e ao saber analíticos, bem como à maneira de transmissão própria aos lacanianos, que, para ensinar, se colocam no lugar do analisando, expondo-se publicamente ao não-saber. O livro contém ainda artigo de monta sobre o feminismo, em que a autora critica a recusa da psicanálise pelas feministas, e dois artigos sobre a guerra, nos quais ela retorna a Freud para refletir sobre a principal atividade dos Estados nacionais nos últimos 500 anos, insistindo sempre na importância dos movimentos pacifistas e de uma educação orientada para a paz.

O JOGO
DO ESCONDERIJO
(psicodrama)

Àquele que suporta o anonimato

INTRODUÇÃO

Este livro, escrito em 1973 e publicado três anos depois⁽¹⁾, nasce de uma prática — o psicodrama — e se engaja num combate. Dada a sugestionabilidade do paciente, o voluntarismo é uma possibilidade intrínseca à terapia, e o terapeuta está sempre na posição de exercer o poder. Em nome da ética, há que renunciar a esse exercício e se opor à terapia voluntarista.

O psicodrama gira em torno do protagonista, supondo a escolha do mesmo, que muito frequentemente é arbitrária. Em face disso, a questão que se impõe de saída é a de legitimar tal escolha, fundamentando-a naquilo que transcende a individualidade do terapeuta — o grupo. Não o grupo como fantasia do terapeuta, que a psicoterapia analítica de grupo, para simular objetividade, denomi-

na “fantasia do grupo”, o conteúdo latente atribuído pelo psicanalista a todos os conteúdos manifestos. Não o grupo como significado a que arbitrariamente se reduzem todos os outros, mas como estrutura definida em função de um projeto que pode ser decifrado por meio de certas repetições formais no discurso, que revela o sentido presente e pode indicar a intervenção necessária.

Esse projeto, que transcende o indivíduo, não é exterior a ele, enraíza-se no seu desejo. Isso, obviamente, supõe uma análise da relação entre o grupo e o indivíduo, de sorte a não descartar nenhum dos termos. Sempre que não passa por esta análise, a prática fica aquém da complexidade real. É o caso, por exemplo, de uma certa psicanálise que, na forma da psicoterapia analítica de grupo, descarta o indivíduo e, na forma de psicoterapia analítica em grupo, descarta o grupo, e não pode justificar o porquê da escolha de um indivíduo, e não de outro, isto é, a razão pela qual privilegia o drama de um indivíduo, e não de outro.

A sessão é uma experiência em curso, e a análise da relação entre o grupo e o indivíduo deve dar conta da diferenciação da estrutura do grupo, diferenciação que resulta do confronto entre o desejo e o projeto, confronto através do qual a liberdade dos indivíduos se exerce e a história se produz.

A análise aqui proposta pela questão do protagonista marca a diferença entre o psicodrama, o teatro e o sacrifício ritualístico e se desenvolve através da análise concreta de três sessões: “Esconderijo”, “Chave e nave” e “Cruz-coroa”. Passo a passo, se verá de que forma o projeto se decifra, o grupo se estrutura e se diferencia.

À medida que se avança nessa análise, outras questões suscitadas pela prática vão se formular. São relativas à inscrição do terapeuta no grupo, aos impasses do grupo e aos modos de resolução dos mesmos. Através delas se mostrará que o terapeuta é presa das regras do jogo na mesma medida dos demais, e que não lhe cabe senão pontuar o drama, escolher a cena em que o drama melhor se revela. Sujeito na mesma medida que os demais à Lei do Grupo, dada a dissimetria de sua posição, que resulta de sua função de escuta, o terapeuta é sempre vivido na dualidade perseguidor-salvador. Como perseguidor, serve para neutralizar as rivalidades preexistentes; como salvador, para anular rivalidades possíveis. Num caso e no outro, não aceita e não recusa o papel que lhe é atribuído e, nesta medida, pode não só fazer a rivalidade vir à tona no seu lugar de origem, mas se valer do apelo que se dirige a ele para inserir os outros na procura da verdade, cujo jogo é o do esconderijo.

As questões relativas ao grupo e seus impasses, bem como os modos de resolução dos mesmos são retomados mais adiante, em “O grupo em questão”. A análise concreta das três sessões mostra que, para solucionar os seus impasses, o grupo encontra duas saídas: a do bode expiatório e a do protagonista. Duas saídas em função de uma mesma ameaça: a das rivalidades presentes e temidas. À diferença do que se passa na sociedade, na terapia o grupo se funda a partir do medo da violência recíproca, mas não do bode expiatório. Nesta medida, a terapia é uma experiência modelo.

Ainda em “O grupo em questão”, será colocado em xeque o desempenho do terapeuta. Vimos que o terapeuta vive na dualidade perseguidor-salvador; em outros termos, enquanto poder que denuncia e se quer suprimir e autoridade que se busca. Dessa contradição, que é produzida pela própria estrutura do grupo, se pode fazer duplo uso. Se o terapeuta utilizar o poder para se entregar enquanto modelo, e modelar segundo a norma, perpetuará aquilo que existe de discriminador no seu saber, aquilo que reafirma, sob a máscara da neutralidade, os valores do dominador. Se a opção for outra, ele fará da sua prática uma denúncia do autoritarismo, como pretendo mostrar.

O GRUPO E O INDIVÍDUO

*O sentido do discurso reside naquele que o
escuta e é da sua acolhida que depende o futuro
daquele que o pronuncia.*

BETTY MILAN

Início. Lado a lado, face a face, maior ou menor distância, presenças silenciosas dispostas em círculo. O psicodramatista entre elas, suspenso no olhar, atento na expectativa. A serviço⁽²⁾. Nessa espera, uma voz eclode para exigir uma resposta; que será necessariamente encontrada na fala de outra pessoa ou no silêncio. O espaço de uma vaga expectativa se converte no de uma descoberta. Trata-se de encontrar, na trama intersubjetiva que se estrutura, o ponto de apelo a exigir a intervenção do psicodramatista.

Quem é o protagonista, eis a questão a ser enfrentada. Alguém quer se colocar. Independentemente do que tenha a dizer, aquele que se coloca espera que a própria existência seja tematizada, que sua fala seja reconhecida. Seu desejo é o de ser reconhecido, e a fala que se anuncia supõe o grupo. Inscreve-se no espaço da coexistência social como desejo de reconhecimento, e nisto será ou não acolhido pelo grupo. Deste, a fala recebe um sentido, que será decisivo para que o indivíduo que se quer protagonista venha ou não a sê-lo. É por aquele sentido que o terapeuta se deixará guiar na “escolha” do protagonista. Se nesta não há livre-arbítrio, é precisamente porque, sem anular a individualidade no grupo, o psicodramatista não perde de vista o grupo. Grupo e indivíduo são termos opostos, constitutivos um do outro. Termos de uma relação dialética que dará as diretrizes do trabalho.

A questão do protagonista, com a qual o psicodramatista se defronta na sua prática, exige a análise da relação entre o indivíduo e o grupo. Para ir ao encontro da sua existência concreta, é preciso abandonar tanto o ponto de vista que anula a subjetividade na rede do determinismo social quanto o da reflexão idealista, que faz repousar o determinismo sobre a atividade constituinte do sujeito. A subjetividade não se anula no grupo.

A coexistência na qual o indivíduo se insere é vivida por ele e através dele, daí a sua irreduzibilidade. A ideia de que a subjetividade se anula no grupo teria como pressuposto a de que o grupo existe em terceira pessoa, como objeto. Mas o grupo não é uma fatalidade que submete o indivíduo de fora. É um modo de coexistência que solicita o indivíduo e no qual este inscreve suas marcas. Se a individualidade não se dissolve no grupo, este não se reduz àquela. A história do grupo não resulta da atividade constituinte do sujeito, assim como o grupo não é a consciência do líder. Há que pensar a relação entre indivíduo e grupo sem descartar nenhum dos dois, sem reduzir um ao outro. Sendo o grupo dotado de uma articulação interna que o diferencia de uma massa amorfa, a análise daquela relação só se fará na referência a esta articulação, que define uma estrutura.

O grupo é uma totalidade articulada de unidades formadas por um ou mais indivíduos, definidas pelas suas relações com as demais, em função de um projeto determinado que se elabora na intersubjetividade. A cada unidade do grupo corresponde uma posição na estrutura, e o grupo é um sistema de posições⁽³⁾. Este é indissociável do projeto que se engendra na coexistência dos indivíduos e que o psicodramatista não perderá de vista. Do projeto, pode-se dizer que é aquilo que está em toda a parte e em

parte alguma. Está enraizado no desejo dos indivíduos, mas não é o desejo. Transcende o desejo, sendo aquilo que resulta do desejo, quando ele se inscreve na intersubjetividade. Resulta das ressonâncias do desejo no espaço da coexistência, ressonâncias através das quais o desejo recebe um sentido novo.

O futuro do indivíduo no grupo, a eficácia do seu desejo depende da relação entre este e o projeto que se elabora na intersubjetividade. Assim, na vigência de um certo projeto, o indivíduo poderá ocupar uma posição indesejada na estrutura. O desejo de ser protagonista, por exemplo, será contrariado num grupo que se articula em função de um projeto que significa subtrair o terapeuta⁽⁴⁾. Se isso não for levado em conta pelo psicodramatista, se ele se deixar seduzir por aquele que se quer protagonista, outros intervirão, pelo cochicho ou pelo deboche, por exemplo, para esfriar a ação, gelar o drama. Para que nada seja entregue ao terapeuta que se quer subtrair, o drama será subtraído à cena. Na luta contra o terapeuta, aquele que desejava ser protagonista servirá de instrumento, ocupará no grupo uma posição inesperada. À sua revelia, pertencerá à unidade que se define por oposição ao terapeuta. Este limite que o desejo encontra é a Lei do Grupo, é a estrutura a inscrever sua marca na individualidade, determinando as posições a ocupar.

Entre a Lei e os indivíduos não há exterioridade, porém; a Lei se engendra na convivência, e é precisamente por isso que a estrutura pode se diferenciar. Se um indivíduo está numa posição indesejada, a permanência nela encontra, na irreduzibilidade do desejo, o seu limite, e ele aí só ficará até que um novo projeto enraizado no seu desejo possa emergir. Isto se dará, por exemplo, no momento em que, para se manter, a estrutura venha a exigir que entre os indivíduos da unidade haja convivência na luta contra o terapeuta, isto é, que estejam identificados. Nesse momento, o mal-estar silencioso daquele que se encontrava na unidade à sua revelia vai se objetivar e a unidade se rompe. O desejo silenciado não se anula, é, pelo contrário, eficácia em potencial. É no confronto entre o desejo e o projeto que a estrutura se diferencia. A irreduzibilidade do desejo criará, inevitavelmente, tensões diferenciadoras na estrutura, já que entre os indivíduos de uma mesma unidade não há identidades de desejos, mas só de posição. Na experiência destas tensões, a estrutura encontrará outros sentidos possíveis, sentidos nela existentes em latência e que ela realiza ao se reestruturar. A estrutura é histórica em si mesma.

A questão da história nos envia à da liberdade. O grupo não é o lugar onde a liberdade se anula, mas o lu-

gar em que ela se exerce de uma forma determinada que se trata de precisar. Afirmar que a liberdade se anula seria supor que ela pode se eclipsar. Ora, não se pode ser livre em certas ações e determinado em outras. Se a liberdade se anulasse, onde renasceria ela? Se o indivíduo virasse coisa, como deixaria de sê-lo? A liberdade, portanto, é inalienável, e não há obstáculos externos a ela. “Mesmo aquilo a que se chama ‘obstáculos à liberdade’ é, na realidade, revelado por ela. Um rochedo intransponível, um rochedo grande ou pequeno, vertical ou oblíquo, não tem sentido a não ser para alguém que se proponha a franqueá-lo... Portanto, não existe nada que possa limitar a liberdade, a não ser aquilo que ela mesma determinou como limite pelas suas iniciativas, e o sujeito não tem senão o exterior que se dá”⁽⁵⁾. É só na medida em que um indivíduo tem um determinado desejo que, na sua relação com um outro, este poderá se opor a ele, e que o projeto do grupo poderá ser vivido como obstáculo. O projeto não é, contudo, obstáculo externo à liberdade — precisamente porque ele só surge como entrave na medida em que o desejo existe.

A ideia de que há obstáculos externos à liberdade não se dissocia da que concebe a liberdade como poder absoluto de iniciativa e a define abstratamente como livre-arbítrio. É um engano procurar a liberdade na deliberação

voluntária em que examina os motivos e cede ao mais forte ou ao mais convincente. “Na realidade, a deliberação segue a decisão, é a minha decisão secreta que faz aparecer os motivos, e não se conceberia o que pode ser a força de um motivo sem uma decisão que ele confirme ou contrarie... Cita-se com frequência, como argumento contra a liberdade, a impotência da vontade. Com efeito, se posso voluntariamente adotar uma conduta e me improvisar guerreiro ou sedutor, não depende de mim ser guerreiro ou sedutor com desembaraço e naturalidade, isto é, sê-lo verdadeiramente. Mas também não se deve procurar a liberdade no ato voluntário, que é, segundo o seu sentido, um ato falho. Não recorreremos ao ato voluntário a não ser para contrariar nossa decisão verdadeira e como que para provar expressamente a nossa impotência”⁽⁶⁾.

A liberdade é a decisão verdadeira e inalienável do sujeito, é o desejo na sua irredutibilidade. Para ser liberdade, precisa se realizar, penetrar no futuro, o que implica a distância entre ela e seus fins e a existência de uma realidade na qual se engrena para preservar ou modificar. A liberdade é sempre liberdade engajada numa realidade que a solicita de um modo determinado⁽⁷⁾, e a ideia de uma escolha inicial é uma contradição. Não há, pois, escolha no sentido de livre-arbítrio, e o futuro do indivíduo no grupo não resulta

de uma iniciativa voluntarista, mas depende do modo como o seu desejo se articula com o projeto do grupo no qual se engaja. Não existisse um projeto grupal a exigir uma saída nova, a liberdade não se realizaria nunca, e isso porque ela supõe uma realidade que possa confirmar ou transformar. Consequentemente, é através do grupo, e não apesar dele, que a liberdade se exerce. E é precisamente porque a realidade do Grupo é dotada de sentido próprio, porque há nela modos privilegiados para resolver seus impasses, que se podem encontrar Leis na sua história.

O PSICODRAMA E O DRAMA DA PSICANÁLISE

É no exercício da liberdade, na dialética entre o indivíduo e o grupo que se perfaz a história. E é nesta dialética que o psicodramatista encontrará as diretrizes da sua ação. A eficácia e o acerto das suas intervenções dependerão da sua capacidade de decifrar o sentido que emerge da relação entre o desejo do indivíduo e o projeto do grupo. Este será a referência permanente do psicodramatista, que se deixará guiar pelas pistas que podem orientar sua “intuição”, na tentativa de apreender em ato o projeto que dá peso à ação do indivíduo.

Não é só pela ação que o psicodrama se diferencia das outras terapias grupais, mas por estar ancorado numa teoria que visa o grupo e o indivíduo, sem nunca descartar um dos termos nem reduzir um ao outro.

É da dialética entre o grupo e o indivíduo que a psicoterapia analítica nunca pode dar conta. Por isso precisamente está cindida em duas correntes. Na que segue a trilha de Bion, Ezriel e Slavson — psicoterapia analítica de grupo —, o grupo de pacientes deve ser encarado como um indivíduo. Para Slavson, “a condição de pertencer a um grupo é uma des-egotização parcial do indivíduo, de modo que uma porção do seu ego é entregue ao grupo, especialmente ao seu líder, como representativa. Em outras palavras, o indivíduo tem que se submeter ao grupo com o fim de ser parte dele e de que o grupo viva por causa dessa des-egotização parcial dos seus membros. O ego do grupo emerge dessas porções descartadas dos egos individuais”⁽⁸⁾. “... a libido assim liberada é projetada no líder, que se converte no representante do *superego do grupo*” (grifo nosso)⁽⁹⁾. O material da totalidade dos pacientes será tomado como pertinente ao ‘ego do grupo’ e o instrumento do terapeuta será a ‘interpretação total do grupo centrada no terapeuta’”. A singularidade de cada indivíduo foi descartada, e o terapeuta — “superego do grupo” — dirigirá

as suas interpretações para uma individualidade abstrata, “o ego do grupo”.

O lugar que na psicanálise individual era ocupado por uma individualidade concreta é agora ocupado por um fantasma. O divã está vazio, mas o analista se conserva na poltrona e só interpreta a transferência. Porque seu modelo é o da psicanálise individual, extrapola para o novo contexto categorias externas a ele. Guiado pelo pressuposto de que a intersubjetividade determinante é aquela na qual ele é um dos termos, o que quer que se diga ou faça será objeto da interpretação transferencial centrada no terapeuta. Dessa forma, bloqueia o desenvolvimento das outras relações e distorce autoritariamente o fenômeno grupal, engendrando o seu próprio pressuposto.

Contra esta técnica, na *Psicanálise em grupos*, de Wolf & Schwarz, lê-se: “O conceito de psicoterapia em grupo confundiu alguns terapeutas de grupo, ou melhor, terapeutas em grupos, que trataram o grupo todo, em massa, em vez de esquadrihar as necessidades terapêuticas específicas de cada paciente. Não conhecemos nenhuma forma em que um grupo inteiro possa receber tratamento. Como analistas, só sabemos atender o paciente individual”⁽¹⁰⁾. Trata-se, assim, de recuperar a individualidade. Só que agora o analista trata do indivíduo e não dá conta da totalidade. De novo, um dos

termos foi suprimido e essa técnica será vítima da mesma crítica que se dirigia à outra. Uma e outra são, na verdade, as duas faces de um mesmo pressuposto — o de que entre o grupo de pacientes e o indivíduo existe uma relação exclusiva, ou... ou. Porque o ponto de partida é o mesmo, um dos termos será sempre suprimido.

Ancorada nas suas análises concretas, a psicanálise é o espaço de um saber fecundo sobre o inconsciente. Contudo, no momento em que desloca a teoria, que se origina no interior de uma prática determinada, a terapia do indivíduo, para o grupo — “ego do grupo”, “superego do grupo” —, ela olha e não vê a novidade radical do objeto. Presa ao modelo do indivíduo, enfoca o grupo com categorias externas a ele. Envolve-se em falsos dilemas e obscurece o campo.

Em oposição ao livre-arbítrio da psicoterapia analítica de grupo, que opera com o todo, mas descarta a singularidade, e à psicoterapia analítica em grupo, que, por não estar ancorada numa teoria grupal, focaliza o indivíduo, mas não pode legitimar este ato — justificar por que um indivíduo, e não outro —, o psicodramatista visará a relação entre o grupo e o indivíduo para nela encontrar aquilo que legitimará a sua ação, as suas “escolhas”. Ele se deixará orientar pelo projeto que se elabora na intersubjetividade, projeto

que lhe indicará as vias nas quais sua liberdade poderá se engajar, isto é, os modos privilegiados de ação. Contra o voluntarismo, ele se porá a serviço de um sentido presente na relação entre o grupo e o indivíduo, sentido que nunca outorga, mas decifra, para fazê-lo emergir na sua plenitude e dessa forma autenticar papéis.

Visto que o momento da “escolha” do protagonista é o momento em que se disputa ou se recusa o palco, em que é patente o confronto entre o projeto grupal e o desejo do indivíduo, a questão da escolha do protagonista é privilegiada para definir o objeto do psicodramatista e mostrar a que regras está sujeito na sua prática. Nesta medida, seu conhecimento é a senha necessária para penetrar no terreno do psicodrama, e é pela questão do protagonista que isso se fará.